

Apresentação

ESTA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA QUE DEU ORIGEM à presente publicação celebra, de alguma forma, sua finalização, ao colocar, sob a forma narrativa, o caminho percorrido, o que foi realizado e os resultados obtidos. Começo, meio e fim aparecem entrelaçados, sem sobressaltos e erraticidade. No entanto, a caminhada de pesquisa, aparentemente concatenada e linear, não faz jus à trama entrelaçada dos infinitos pontos que sustentou e deu amálgama à atividade de pesquisar com crianças nas escolas públicas do Rio de Janeiro. Tal trama foi feita a partir de incontáveis encontros e interlocuções entre um número significativo de crianças, quase 3 mil, e uma enorme equipe de pesquisa, que englobou assistentes de pesquisa (cerca de trinta, como estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro), diferentes pesquisadoras/es colaboradoras/es de universidades públicas do Rio de Janeiro, de outros estados e do exterior, e estagiárias/os de apoio técnico. Além disso, travamos diálogos importantes com mais de trezentas professoras¹ e com a equipe gestora de cerca de quarenta escolas municipais, convivendo e conversando com elas no seu cotidiano e nas rodas de trabalho devolutivo, assim como trocando impressões e experiências sobre a vida das crianças na escola. Imaginar a extensão desses encontros e as conseqüentes ondulações e turbulências nos fazeres e atividades da pesquisa desenha um cenário mais vivo e real da facticidade pulsante do processo de investigação que resultou na presente obra.

1 Utilizamos neste livro o gênero feminino para indicar tanto as professoras quanto os professores, uma vez que a docência do ensino público infantil é predominantemente composta por mulheres. Ver <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>.

Como coordenadora geral de tal projeto de pesquisa, cabe-me destacar que a questão e a motivação inicial da pesquisa consistiram no esquadramento das possibilidades do “fazer coletivo” das crianças na vida escolar. Nesse sentido, aqui se dá um passo atrás sobre a questão da participação social e política das crianças, temática tão amplamente pesquisada desde a década de 1980, para se questionar, em primeiro lugar, sobre qual a base, a infraestrutura, que permite e favorece a participação das crianças na vida pública. Que as crianças sempre tenham participado da vida societária, sobre isso não há dúvida, mas cabe a pergunta de por que e como elas sumiram dos espaços públicos há cerca de uma centena de anos, para se aterem a posições de aprendizes, menores e filhas/os nas escolas e nos lares.

Uma das noções que utilizamos para pensar e analisar o “fazer coletivo” das crianças é a noção de *comuns*, cujo entendimento possibilitou investigar o mundo vivo, contraditório e instável das vinculações atuais entre adultos e crianças, e as crianças entre elas, em sociedades como a do Brasil. Em face de um mundo turbilhonado por enormes perplexidades e catástrofes, uma das quais a epidemia da covid, que atingiu em cheio a vida das crianças e sua inserção escolar, avolumam-se as incertezas e a desorientação em relação a que presente estamos filiados e que futuro podemos imaginar. Nesses termos, viver o presente e antecipar o futuro evocam, inexoravelmente, uma política da temporalidade, uma vez que presente e futuro, para além de noções referidas ao agora e ao depois, dizem do que importa viver como *real* e do que se torna plausível *esperar*. A realidade e o projeto aparecem não somente sob disputa, mas também abalados na sua ontologia, atrofiada em tempos de ilusão, mentira e virtualidade onipresente. Investigar hoje o “fazer coletivo” significa, portanto, enveredar-se pelos modos como os grupos sociais, a partir das suas condições particulares e específicas de existência, constroem sentidos coletivos necessários para crer na vida e apostar na sua continuidade.

Nessa pesquisa, o “fazer coletivo” das crianças foi investigado no seu território escolar, onde elas passam longas horas do dia, e a maioria dos dias no ano. Investigamos crianças das escolas públicas do município do Rio de Janeiro. Localizar tal questão no território brasileiro implica introduzir e enfatizar a perspectiva das desigualdades – sociais, raciais e geracionais – que se cruzam e se potencializam neste canto do mundo, cuja resiliência ao esgarçamento e ao rompimento das formas de vida que conhecemos é geopoliticamente determinada. Pressupõe-se, então, que no Brasil as crianças que compuseram o grupo dos sujeitos investigados –

as que frequentam a escola pública, tendo em vista sua origem social e racial – são sistematicamente lesadas e prejudicadas no âmbito de uma justa política de distribuição de recursos nos níveis nacional e global. Nessa veia descolonial, duas preocupações recorrentes das análises aqui apresentadas foram, em primeiro lugar, localizar a emergência das demandas coletivas, interesses e posições das crianças a partir das condições de seu território, e, em segundo, ter em vista como a própria noção de comuns pode ser problematizada a partir dos modos instituintes de “fazer coletivo” que as crianças dessa pesquisa apresentaram.

As reflexões ora reunidas abarcam um período de pesquisa nas escolas públicas municipais que se inicia, de 2018 a 2021, com o projeto de pesquisa *Infâncias do Sul – a infância na perspectiva descolonial: desafios teóricos e empíricos*² e segue, ao longo de 2022 até 2024, com os projetos *Infâncias do Sul Global: teoria, pesquisa e formação de redes* e *Fazendo comuns: a educação como projeto intra e cogeracional*.³ Os dois últimos projetos têm objetivos científicos que se superpõem e apoios logísticos e financeiros que se complementam. Ao longo dos anos 2020 e 2021, em razão da crise sanitária causada pela epidemia da covid, as escolas estiveram fechadas e não pudemos ter acesso ao seu campo empírico, tendo a pesquisa de campo sido retomada em 2022.

Do ponto de vista do nosso modo de trabalhar com as crianças e as professoras, o período que vai de 2018 a 2022 compreendeu encontros com as crianças, tendo como suporte as atividades do projeto de extensão que intitulamos de *Combinação*. Essas atividades envolveram a discussão conjunta das crianças em torno de seis livretos construídos pela equipe de pesquisa, reproduzidos após a página 128. Já em 2023 e 2024, as atividades com as crianças e as professoras envolveram rodas de conversa e oficinas (teatro, vídeo, cartazes e música), que tiveram por objetivo aprofundar os resultados obtidos ao longo do projeto *Combinação*. Como apresentado e discutido, um dos resultados mais significativos e de maior relevância

- 2 Projeto de pesquisa apoiado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj, processo nº E-26/202.816/2018.
- 3 O primeiro projeto foi apoiado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – Faperj, processo nº E-26/201.067/2022. O segundo, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, processo nº 409568/2022-8.

como “fazer comum” das crianças nas escolas foi a demanda delas de recreio escolar, ou seja, de ter tempo e espaço para o recreio na escola. Assim, o que isso significa na atual conjuntura educacional brasileira e carioca, e como se pode entender essa reivindicação enquanto *uma demanda política das crianças* são as questões aqui aprofundadas a partir da análise dos resultados do projeto *Combinação*.

Na etapa que se seguiu ao *Combinação*, a equipe de pesquisa buscou aprofundar a demanda das crianças pelo recreio escolar junto a elas e às professoras. Para isso, escolhemos algumas escolas que participaram da etapa anterior de pesquisa do *Combinação*, visando realizar rodas de conversa e oficinas sobre a demanda do recreio escolar com as/os estudantes e com as professoras. Interessou-nos também construir uma face pública desse processo de interlocução com as/os estudantes e as professoras, por meio do planejamento de um encontro público, em que setores da sociedade civil e as/os estudantes e as professoras envolvidos nas discussões nas escolas pudessem dialogar sobre a questão do recreio escolar. Nessa direção, ao longo de 2023 e de 2024, a equipe de pesquisa buscou dialogar sobre a questão do recreio escolar com os seguintes atores externos às escolas: Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança; Fórum Permanente da Criança, Adolescente e da Justiça Terapêutica da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro; Defensoria Pública, Vara de Infância, Juventude e Idoso do Rio de Janeiro; 1^a, 2^a e 3^a Coordenadorias de Educação e Gerência do Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação; Escola de Formação de Professores Paulo Freire da Secretaria Municipal de Educação; Conselho Municipal de Educação; gabinetes das vereadoras do Rio de Janeiro Thais Ferreira e Luciana Boiteux; Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; e lideranças estudantis da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Associação dos Estudantes do Rio de Janeiro (Aerj). Ao longo desses dois anos, a equipe de pesquisa construiu interlocuções que puderam se aliar como parceiros e colaboradores do projeto de pesquisa na construção do evento público realizado, em novembro de 2024, na Escola de Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Emerj). Esse evento culminou tanto no processo de discussão entre as crianças (das escolas nas quais aprofundamos essa discussão) sobre sua pauta *política* do recreio escolar quanto na escuta e no debate público sobre esse tema por parte dos adultos de setores organizados da sociedade e das crianças. Sob a denominação de *As crianças falam? Mobilizações públicas acerca do recreio escolar*, esse evento descortinou possibilidades do “fazer coletivo” entre crianças e adultos, em que a escuta,

o diálogo e o debate criam linhas de fuga ao medo e à desesperança pela aposta em mundos não tão tristes e aterrorizantes.⁴

Na presente publicação, cinco colaboradoras do projeto de pesquisa, as professoras Conceição Seixas Silva e Luciana Gageiro Coutinho, a juíza de direito e doutora Raquel Chrispino, a vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro Thais Ferreira e a líder estudantil Isabella Gandolfi, dão sua contribuição para pensar a demanda do recreio escolar pelas crianças e a construção de um mundo outro. Acrescentam sua perspectiva singular, do lugar onde trabalham e se posicionam na sociedade, para o diálogo corajoso e sem condescendência com a pauta de reivindicação das/os estudantes das escolas públicas. Assim, suas perspectivas, somadas àquelas das crianças e das professoras, qualificam o debate sobre a demanda das/os estudantes com as atrizes e atores da sociedade responsáveis pelo bem-estar e os cuidados com a infância.

Esperamos, pois, que os textos aqui reunidos instiguem o debate sobre a construção democrática da escola e da sociedade brasileira, de modo que setores sociais tão desconsiderados e aviltados consigam fazer valer suas justas reivindicações na direção de um mundo *outro*.

Lucia Rabello de Castro

4 A gravação em vídeo de todo o evento pode ser obtida no site deste projeto de pesquisa: www.fazendocomuns.com.br. Nesse site, é possível também ter acesso às fotos de todo o projeto de pesquisa, outros vídeos e trabalhos realizados pelos estudantes e pela equipe de pesquisa.